



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – CAMPUS III
CENTRO HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

JENIFER DE PAIVA FREITAS ALVES

**EDUCAÇÃO INFANTIL: A CRIANÇA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO
NA ESCOLA**

**GUARABIRA – PB
2018**

JENIFER DE PAIVA FREITAS ALVES

**EDUCAÇÃO INFANTIL: A CRIANÇA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO
NA ESCOLA**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de graduada em Pedagogia

Área de concentração: Fundamentos da Educação e Formação Docente

Orientador: Prof. Me. Márcia Gomes dos Santos Silva

**GUARABIRA – PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A474e Alves, Jenifer de Paiva Freitas.
Educação infantil [manuscrito] : a criança e a construção do conhecimento na escola / Jenifer de Paiva Freitas Alves. - 2018.
38 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Profa. Ma. Márcia Gomes dos Santos Silva ,
Coordenação do Curso de Letras - CH."
1. Educação infantil. 2. Aprendizagem. 3. Criança.
21. ed. CDD 372

JENIFER DE PAIVA FREITAS ALVES

EDUCAÇÃO INFANTIL: A CRIANÇA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA
ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Coordenação do Curso de Pedagogia, da
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em
cumprimento às exigências para obtenção do
título de graduada em Pedagogia.

Área de Concentração: Fundamentos da
Educação e Formação Docente.

Aprovada em: 14/06/2018.

BANCA EXAMINADORA

Márcia Gomes dos Santos Silva
Prof. Me. Márcia Gomes dos Santos Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Verônica Pessoa da Silva
Prof. Dr. Verônica Pessoa da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Prof. Me. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A todos aqueles que, por incumbência Divina, doam suas vidas ao Ensino. Aos meus familiares, que contribuíram decisivamente para a minha formação. Aos meus filhos Vinícius, Maria Luísa e Ivan Netto, razão da minha vida, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, que durante esses anos me deu forças para permanecer na caminhada até a conclusão do Curso.

À professora-orientadora, Márcia Gomes dos Santos Silva, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, que com seu talento singular, estimulou-me à escolha do tema.

Aos meus familiares, pela compreensão e o companheirismo durante os anos de estudos.

Aos professores do Curso de Pedagogia da UEPB, que contribuíram ao longo de quatro anos por meio das disciplinas e debates para o aprimoramento dos meus conhecimentos científicos.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio nas horas de dificuldades.

RESUMO

A Educação Infantil é a fase de formação infantil, com o aprendizado de valores, a socialização da criança e o compartilhamento do saber e conhecimento da sociedade com a criança. É com a ajuda da escola e da família que a criança, concebida como ser humano em desenvolvimento, dotado de competências, saberes e direitos, situada em um contexto histórico e social, necessita estar adequadamente auxiliada para enfrentar os desafios de uma vida que se inicia. Desta forma a presente pesquisa objetivou analisar a construção de competências e habilidades da criança na etapa inicial da Educação Básica. De modo geral, ela traz a importância do brincar, do cuidar e do educar em turmas de Creche e Pré-escola, e como se dá o trabalho do professor dessa faixa etária. Este estudo, embasado nos pensamentos de Piaget (1998), Vygotsky (1989), Oliveira (2011) e outros pesquisadores da área, destaca a Educação Infantil e suas principais características, observando-a dentro da sala de aula, com um relato de experiência vivida numa turma acerca da construção do conhecimento das crianças na escola pública da rede municipal de Cuité/PB, cuja disposição tem sua divisão na Creche e Escola. Metodologicamente a pesquisa foi pautada numa abordagem qualitativa que segundo Prodanov (2013) considera a existência de um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. De maneira indutiva, registrou-se os fatos observados no campo de pesquisa, método esse que conforme Lakatos e Marconi (2003) leva a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. Como resultado, verifica-se que esta modalidade de ensino precisa de um reconhecimento maior e que a parceria entre família e escola é necessária para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos.

Palavras-Chave: Educação Infantil; Aprendizagem; Criança.

ABSTRACT

Early Childhood Education is the stage of infant formation, with the learning of values, the socialization of the child and the sharing of knowledge and knowledge of society with the child. It is with the help of the school and the family that the child, conceived as a human being in development, endowed with skills, knowledge and rights, situated in a historical and social context, needs to be adequately assisted to face the challenges of a life that begins . In this way the present research aimed to analyze the construction of skills and abilities of the child in the initial stage of Basic Education. In general, it brings the importance of playing, caring and educating in kindergarten and pre-school classes, and how the work of the teacher of this age group works. This study, based on the thoughts of Piaget (1998), Vygotsky (1989), Oliveira (2011) and other researchers of the area, highlights Infant Education and its main characteristics, observing it within the classroom, with an experience report lived in a class about the construction of the knowledge of the children in the public school of the municipal network of Cuitegí / PB, whose disposition has its division in Daycare and School. Methodologically, the research was based on a qualitative approach that according to Prodanov (2013) considers the existence of an inextricable link between the objective world and the subjectivity of the subject that can not be translated into numbers. In an inductive way, we recorded the facts observed in the field of research, a method that according to Lakatos and Marconi (2003) leads to conclusions whose content is much broader than the premises on which they were based. As a result, it is verified that this modality of education needs a greater recognition and that the partnership between family and school is necessary for the integral development of children from 0 to 5 years.

Keywords: Infant Education; Learning; Child

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 08 |
| 2 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ETAPA INICIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA..... | 10 |
| 2.1 Marco legal da Educação Infantil..... | 10 |
| 2.2 Trajetória da Educação Infantil no Brasil..... | 13 |
| 2.3 O professor de Educação Infantil..... | 15 |
| 3 O BRINCAR, O CUIDAR E O EDUCAR NOS PRIMEIROS ANOS DA INFÂNCIA..... | 18 |
| 3.1 O brincar na Educação Infantil..... | 18 |
| 3.2 O cuidar e educar na Educação Infantil..... | 21 |
| 4 CONSTRUINDO COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NA INFÂNCIA..... | 23 |
| 4.1 A criança na Creche..... | 23 |
| 4.2 A criança na pré-escola..... | 26 |
| 4.3 A construção de competências e habilidades na infância em espaços educativos..... | 27 |
| 5 METODOLOGIA..... | 30 |
| 5.1 Caracterização do município..... | 30 |
| 5.2 Caracterização da escola..... | 31 |
| 5.3 Análise dos dados..... | 33 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 35 |
| REFERÊNCIAS..... | 37 |

1. INTRODUÇÃO

Genericamente, este Trabalho de Conclusão de Curso reflete toda a nossa inquietação acerca do processo ensino e aprendizagem desenvolvido nas turmas de Educação Infantil, modalidade ainda entendida, por alguns, como relevante para o processo de Educação Básica.

Entende-se, comumente, a Educação Infantil como a educação da criança. Corretamente, referimos a esse período como a fase de formação infantil, com o aprendizado de valores, a socialização da criança e o compartilhamento do saber e conhecimento da sociedade com a criança. É com a ajuda da escola e da família que a criança, concebida como ser humano em desenvolvimento, dotado de competências, saberes e direitos, situada em um contexto histórico e social, necessita estar adequadamente auxiliada para enfrentar os desafios de uma vida que se inicia.

Valorizar a identidade de cada criança exige reflexão sobre identidade e como construí-la (HADDAD, 1991). Essa é uma das indicações das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, aprovada em 1999, que constitui, sem dúvida, um desafio. A LDB 9.394/96 afirma que: “As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino” (BRASIL, Título IX, Das Disposições Transitórias, art. 89). Esta determinação desnudou concepções, práticas e políticas públicas, causou repercussão e mudou a visão acerca da área sobre as crianças da Educação Infantil.

Nesta fase a preocupação primeira de pais e mães é a escolha adequada da melhor escola infantil, desde à creche ou pré-escola, passando pelas séries iniciais até o colégio de filhos adolescentes. A escolha do melhor local para seu filho ou filha irá depender de muitos fatores. Antes de escolher, todavia, é importante delimitar quais são seus valores e visão de mundo e quais são seus objetivos com a educação escolar.

Além disso, também é importante levar em conta a personalidade e estilo de aprendizagem da criança para que a adaptação seja a mais proveitosa possível. E, é claro, devem-se levar em conta fatores de ordem prática, como localização, segurança, ambiente e preço. Ou seja, pressupõe-se que a escolha da instituição de Educação Infantil deve ser realmente uma busca condicionada pela melhor. Contudo, sabemos que as coisas não acontecem bem assim, dada a pouca importância que sempre se deu a esta modalidade educacional.

A problemática da pesquisa justifica-se, neste sentido, pela necessidade de se entender a importância dada a esta modalidade educacional no município de Cuitégí/PB.

Mesmo sendo um trabalho inicial de pesquisa, fundamenta-se teoricamente em autores da área, como Piaget (1998), Vygotsky (1989), Oliveira (2011, 2012), bem como nas disposições expressas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nas RCNEI (Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil), que subsidiaram de forma decisiva, seu desenvolvimento.

Com base nisso, nossa pesquisa enfoca em seu objetivo geral analisar a construção de competências e habilidades da criança na Educação Infantil, tendo por base as seguintes especificidades:

- Identificar o conceito de Educação Infantil, enquanto modalidade de Educação Básica reconhecida pela LDB;
- Discutir a importância do brincar, do cuidar e do educar para a Educação Infantil;
- Destacar as principais competências e habilidades adquiridas pelas crianças em creches e pré-escolas, bem como refletir o trabalho do professor no espaço da sala de aula.

Assim, para melhor estruturar nosso artigo, propomos uma divisão em três capítulos, onde o primeiro reflete sobre o conceito de Educação Infantil com base na LDB e nos RCNEI, com destaque para a formação e a prática do professor dessa modalidade de ensino.

O segundo capítulo versa sobre o brincar, o cuidar e o educar na Educação Infantil de maneira integrada e o processo de construção da personalidade deste ser em formação.

Já o terceiro capítulo, em contrapartida, destaca como a construção do aprendizado de competências e habilidades da criança na Creche e Pré-escola, com enfoque para uma experiência nossa nestas turmas, onde observamos e tiramos conclusões a respeito da Educação Infantil na escola pública do município de Cuitégí – PB.

Finalmente, levantamos nossas impressões sobre este trabalho e lembramos nas considerações finais da sua importância para nossa formação no Curso de Pedagogia. Sua realização nos permitiu entrar no universo da produção de trabalhos de características científicas, o que já nos garante como trabalhar com estudos dessa natureza.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ETAPA INICIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Sabemos que é dever do Estado, em regime de colaboração com a União e o Distrito Federal e Municípios, garantir a todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade acesso a uma escola pública de qualidade, levando em conta que esse dever está assegurado na Constituição Federal de 1988 e reafirmado na LDB - 9394/96.

Nesta direção, abordaremos neste capítulo uma discussão importante para a pesquisa sobre o processo de Educação Infantil no âmbito da escola contemporânea, uma vez que a criança devia passar por um processo educacional dentro das perspectivas da sociedade vigente.

Como veremos a seguir, a Educação Infantil começou a ser consolidada a partir do Século XX, com a Constituição Federal de 1988, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9394 – 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI – Brasil, 1999), em cujos documentos foram analisadas as principais leis destinadas ao atendimento do público infantil.

Assim, enquanto primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil tem como finalidade promover o desenvolvimento integral do indivíduo de zero a cinco anos, focando todos os aspectos afetivos, intelectuais, físicos, culturais e sociais.

2.1. Marco legal da Educação Infantil

Com seu surgimento, desde o Século XIX, a Educação Infantil nos dias atuais passou a ser considerada uma relevante modalidade da Educação Básica e tem se tornado tema de grandes discussões nos seminários, fóruns educacionais e centros acadêmicos.

Neste período pode-se observar um crescente movimento por parte de muitos teóricos que visava o estudo da criança e, ao mesmo tempo, defendia a fase da infância, tendo em vista que o estímulo cognitivo e social que a criança de 6 (seis) anos recebe ao frequentar uma escola é bastante valioso para a sua formação educativa. Logo, em hipótese alguma, esse estímulo deve ser desprezado.

A primeira creche popular no País foi criada no ano de 1908 para atender aos filhos de operários. Todavia, atendia exclusivamente crianças abandonadas, assumindo desta

maneira um iminente caráter filantrópico. Dessa forma, a Educação Infantil começou a ser vista como um grande problema social a ser sanado e a criança passou a ser tida como um fardo.

A “Declaração de Genebra” (1923) traz uma concepção de que as crianças eram fontes humanas essenciais e que, delas, dependeriam o futuro da humanidade. A partir de 1930 a criança é observada como o futuro do País, e assim, ressurgem novas políticas públicas visando melhorar a questão da Educação Infantil. Contudo, a busca para que as discussões em torno dessa nova modalidade da educação ultrapassassem as fronteiras da declaração universal, só se tornaram mais intensas dez anos após a sua publicação.

A Constituição de 1988 é o marco legal de diversas lutas e demandas. Em 1989 ocorreu a “Convenção dos direitos da criança” composta de 54 artigos que incorporam uma diversidade de direitos, e diante disto, legislações foram implementadas.

Em seguida surgiu a Lei de nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garantia os direitos da criança e do adolescente, como está relatado em seu 3º artigo, e assegurava o seu atendimento em creche e pré-escola, (Inciso IV, art. 54) e a LDB – Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, que aponta a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica em seu artigo 21 e declara ainda em seu artigo 4º, inciso 5º, que seu atendimento deverá ser totalmente gratuito.

Para a criança, nesta fase da infância, a brincadeira com colegas, a convivência com vários adultos fora de seu vínculo familiar, a descoberta de tantas coisas novas são desafios constantes, os quais estimulam e incentivam a aprender e pensar, não apenas com a mente, mas também com o próprio corpo.

Objetivando tornar visível uma possível forma de articulação, a estrutura do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI – BRASIL, 1998) relaciona objetivos gerais e específicos, conteúdos e orientações didáticas numa perspectiva de operacionalização do processo educativo.

Assim sendo, ele estabelece uma integração curricular na qual os objetivos gerais para a Educação Infantil norteiam a definição de objetivos específicos para os diferentes eixos de trabalho. Desses objetivos específicos decorrem os conteúdos que possibilitam concretizar as intenções educativas. O tratamento didático que busca garantir a coerência entre objetivos e conteúdos se explicita por meio das orientações didáticas.

Essa estrutura se apoia em uma organização por idades – crianças de zero a três anos e crianças de quatro a seis anos – e se concretiza em dois âmbitos de experiências – formação

pessoal e social e conhecimento de mundo – que são constituídos pelos seguintes eixos de trabalho:

- Identidade e autonomia;
- Movimento
- Artes visuais
- Música;
- Linguagem oral e escrita;
- Natureza e sociedade;
- Matemática.

A Educação Infantil, de acordo com os RCNEI (1998), deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vistas com os dos demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustada às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos, e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;

- Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente e à elas e valorizando a diversidade.

Logo pode-se perceber que os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (1998), trazem explicitamente em seu contexto uma nova visão de educação para crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, de uma forma mais ampla, considerando que evidenciam, claramente que a formação do ser, nesta fase, deve ocorrer de modo integral.

2.2. Trajetória da Educação Infantil no Brasil

De certo modo, a Educação Infantil em nosso país tem acompanhado o contexto mundial. Entretanto, a sua história apresenta suas próprias características. Na metade do século XIX, as crianças pequenas praticamente não recebiam um atendimento educacional específico para a idade delas. Somente no final deste mesmo século, é que ocorrem algumas transformações educacionais voltadas para a primeira infância, as quais são absorvidas como modelos em outros países.

Com a migração para a zona urbana das grandes cidades, isso aos poucos foi mudando e a partir daí, foram surgindo certo desenvolvimento cultural e também tecnológico, os quais contribuíram para uma nova forma de governo - a República - que trouxe uma grande preocupação com a educação das crianças.

No Brasil, a creche foi criada com caráter assistencialista que a diferenciou das demais instituições infantis dos países da Europa, os quais tinham como finalidade um caráter pedagógico. Essa realidade provocou uma discussão relacionada aos jardins de infância, onde muitos políticos a criticavam, enquanto outros a defendiam, porém, o teor da discussão era o argumento de que os jardins de infância destinavam-se à classe menos favorecida, ou seja, às crianças pobres e por isso não podiam ser mantidas pelo governo.

Com a implantação das indústrias no país, a mão de obra feminina e a chegada dos imigrantes provenientes da Europa, os movimentos operários ganharam força e, com isso, passaram a exigir melhores condições de trabalho, bem como a construção de instituições educativas e que cuidassem de seus filhos enquanto trabalhavam.

Todavia, para manter a harmonia e diminuir a força dos movimentos operários, os donos das fábricas foram atendendo algumas reivindicações, como relata Oliveira (1992), ao afirmar que:

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternais para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor (OLIVEIRA, 1992, p. 18).

Contudo, no ano de 1923 é realizada a primeira regulamentação sobre o trabalho da mulher, que objetivava a instalação de creches e as salas destinadas à amamentação, próximas do ambiente de trabalho, no intuito de facilitar a amamentação no decorrer da jornada das empregadas.

Ainda Moraes e Oliveira (2011) apontam que:

A entrada cada vez mais de mulheres das camadas médias da população no mercado de trabalho produziu um crescimento significativo de creches e pré-escolas, principalmente as de redes particulares. Preocupadas com o aprimoramento intelectual dos filhos daquelas camadas sociais, as novas instituições trouxeram em seu bojo novos valores: a defesa de um padrão educativo voltados para os aspectos cognitivos, emocionais e sócias da criança pequena (MORAIS E OLIVEIRA, 2011, p. 109).

Em 1929, devido ao bloqueio das importações, as indústrias cresceram muito e a economia passou por diversas transformações. Esse crescimento continuou com a segunda Guerra Mundial, isto porque várias indústrias brasileiras foram convocadas para suprir as necessidades existentes em outros países.

Com o avanço industrial, a estrutura da sociedade foi sofrendo alterações e os costumes familiares também foram se modificando a cada dia. A grande participação dos pais no trabalho industrial fez com que surgissem novas formas de atendimento às crianças pequenas, enquanto seus pais trabalhavam.

Durante o governo de Vargas foi criado o Ministério da Educação (MEC), um órgão do governo federal do Brasil, fundado no Decreto Lei nº 19.402, com o nome Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, responsável pelo estado e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e hospitalar.

Somente nos anos de 1990 do Século XX, ocorreu um discurso relacionado à modernização da educação, a qual tinha como objetivo adequar o sistema educacional a um mercado bastante competitivo. Isso aconteceu após a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde ocorreu uma expansão dos números de salas de aulas de jardins da infância e pré-escolas.

Conforme reza o artigo 205 da Constituição: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao

pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL p. 1, 1998)

Assim, em meados da década de 1990, surge uma nova concepção de criança, pois ela passou a ser entendida como um ser sócio-histórico. Para Oliveira (2002), essa visão na perspectiva interacionista tem como principal teórico Vigotsky, que enfatiza a criança como sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta.

A educação infantil, no novo diploma legal, passou a merecer atenção mais definida como etapa inicial da educação básica. Dada a sua importância e peculiaridade, haverá de merecer diretrizes educacionais em nível nacional e normas próprias elaboradas pelo sistema ao qual pertencer, razão porque não é tratada de modo mais minucioso nestas definições preliminares. (MARCO LEGAL, vol. 2, pág. 54, 2007)

Portanto, pela legislação brasileira, Educação Infantil é aquela dirigida às crianças de 0 a 5 anos. Compreende, portanto, o período da creche e da pré-escola e pode ser oferecida pela rede pública ou privada. Estudos indicam que a pré-escola é fundamental para o bom desenvolvimento e sucesso da criança no ciclo seguinte de sua vida escolar.

2.3. O professor de Educação Infantil

Nos últimos anos, há uma crescente discussão sobre a qualificação dos professores que trabalham com a Educação Infantil. Já não se pode mais relegar essa modalidade do ensino a um segundo plano, como até pouco tempo acontecia, ou seja, qualquer um podia “cuidar” de criança pequena.

Sabe-se que pesquisas referentes a crianças de 0 a 6 anos de idade são recentes e, em um número muito inferior à das pesquisas realizadas com as crianças das séries iniciais. Mas vários estudiosos vêm pesquisando essa faixa etária, principalmente de 0 a 3 anos que é a faixa etária que pouco se sabe sobre ela. Pesquisas sobre o desenvolvimento do bebê desde o útero, seus primeiros contatos com o mundo e, principalmente, com a mãe, demonstram e derrubam por terra a ideia de que bebês não interagem, ou melhor, não se comunicam. A maioria das pessoas acredita que crianças só passam ser cidadãos quando começam a falar. Para nós, professores, é muito importante nos mantermos atentos sobre estes estudos para pensarmos sobre como estamos trabalhando com os nossos alunos bebês e os demais.

De acordo com os RCNEIs (1998), embora não existam informações abrangentes sobre os profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches e pré-escolas do País, vários estudos têm mostrado que muitos destes profissionais ainda não têm formação adequada, recebem remuneração baixa e trabalham sob condições precárias.

Pois, se na pré-escola, constata-se, ainda hoje, uma pequena parcela de profissionais considerados leigos, nas creches ainda é significativo o número de profissionais sem formação escolar mínima cuja denominação é variada: berçarista, auxiliar de desenvolvimento infantil, babá, pajem, monitor, recreacionista, etc.

Diante disso, a constatação dessa realidade nacional diversa e desigual, porém, foi acompanhada nas últimas décadas de debates a respeito das várias concepções sobre criança, educação, atendimento institucional e reordenamento legislativo que devem determinar a formação de um novo profissional para responder às demandas atuais de educação da criança de zero a seis anos. As funções deste profissional vêm passando, portanto, por reformulações profundas. O que se esperava dele há algumas décadas não corresponde mais ao que se espera nos dias atuais.

Com base nisso, os debates têm indicado a necessidade de uma formação mais abrangente e unificadora para profissionais tanto de creche como de pré-escolas e de uma reestruturação dos quadros de carreira que leve em consideração os conhecimentos já acumulados no exercício profissional, como possibilite a atualização profissional (BRASIL, 1998).

Na realidade, em resposta a esse debate, a LDB dispõe, no título VI, art. 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Considerando a necessidade de um período de transição que permita incorporar os profissionais cuja escolaridade ainda não é a exigida e buscando proporcionar um tempo para adaptação das redes de ensino, esta mesma Lei dispõe no título IX, art. 87 que num prazo máximo de dez anos, a contar da sua publicação, só serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Isto significa que as diferentes redes de ensino deverão colocar-se na tarefa de investir de maneira sistemática na capacitação e atualização permanente e em serviço de seus professores (sejam das creches ou pré-escolas), aproveitando as experiências acumuladas

daqueles que já vêm trabalhando com crianças há mais tempo e com qualidade. Ao mesmo tempo, deverão criar condições de formação regular de seus profissionais, ampliando-lhes chances de acesso à carreira como professores de educação infantil, função que passa a lhes ser garantida pela LDB, caso cumpridos os pré-requisitos.

Ainda conforme o texto dos RCNs, faz-se necessário que estes profissionais, nas instituições de educação infantil, tenham ou venham a ter uma formação inicial sólida e consistente, acompanhada de adequada e permanente atuação em serviço. Assim, o diálogo no interior da categoria tanto quanto os investimentos na carreira e formação profissional pelas redes de ensino é hoje um desafio presente com vistas à profissionalização do docente de educação.

Em consonância com a LDB, este Referencial utiliza a denominação “professor de educação infantil” para designar todos os/as profissionais responsáveis pela educação direta das crianças de zero a seis anos, tenham eles/elas uma formação especializada ou não.

Enfim, podemos dizer que o trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdo de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação.

3. O BRINCAR, O CUIDAR E O EDUCAR NOS PRIMEIROS ANOS DA INFÂNCIA

Nos últimos tempos, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de Educação Infantil incorporem, de maneira integrada, as funções de brincar, cuidar e educar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores.

Os profissionais da educação que desenvolvem seu trabalho docente com crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, precisam ser bastante afetivos e amorosos, já que nessa fase da vida humana, o ser em formação está em processo de construção da personalidade, do conhecimento, descobrindo não apenas o mundo ao seu redor, mas seu próprio corpo e aprendendo a lidar com suas emoções.

Nesse período as crianças necessitam de motivação e estímulos por parte do professor, de um tratamento diferenciado e de um ambiente apropriado para brincar, criar, desenvolver suas habilidades e competências cognitivas, linguísticas, afetivas, interativas, entre outras, bem como de um espaço apropriado para os momentos das brincadeiras e o desenvolvimento da imaginação.

O professor deve estar sempre repensando sua prática pedagógica, buscando fazer com que a criança se sinta segura, conquistando aos poucos autoconfiança, criando diferentes meios para que ela se sinta à vontade no ambiente escolar. Um desses meios é a brincadeira, que proporciona a vivência de inúmeras experiências, além de possibilitar o aguçamento do imaginário e o desenvolvimento dos diversos aspectos cognitivos, culturais, sociais, emocionais e comunicativos.

3.1. O brincar na Educação Infantil

Segundo os Referenciais, para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhes são oferecidas nas instituições, sejam elas mais voltadas às brincadeiras ou às aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta.

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não-brincar”. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano de imaginação isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se.

Nesse sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos de realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da atribuição entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada.

Isso significa que uma criança que, por exemplo, bate ritmicamente com os pés no chão e imagina-se cavalgando um cavalo, está orientando sua ação pelo significado da situação e por uma atitude mental e não somente pela percepção imediata dos objetos e situações.

No ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparentam ser. Ao brincar as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando (PIAGET, 1998).

O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não liberal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos.

A ludicidade favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em espaço singular de constituição infantil (PIAGET, 1998).

Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer alguma de suas características. Seus conhecimentos provêm da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto, de cenas assistidas na televisão, no cinema ou narradas em livros, etc. A fonte de seus conhecimentos é múltipla, mas estes encontram-se, ainda, fragmentados. É no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre as características do papel assumido, suas

competências e as relações que possuem com outros papéis, tomando consciência disto e generalizando para outras situações (RCNEI, 1998).

Para brincar é preciso que as crianças tenham certa independência para escolher seus companheiros e os papéis que irão assumir no interior de um determinado tema e enredo, cujos desenvolvimentos dependem unicamente da vontade de quem brinca. Pela oportunidade de vivenciar brincadeiras imaginativas e criadas por elas mesmas, as crianças podem acionar seus pensamentos para a resolução de problemas que lhe são importantes e significativos. Propiciando a brincadeira, portanto, cria-se um espaço no qual as crianças podem experimentar o mundo e internalizar uma compreensão particular sobre as pessoas, os sentimentos e os diversos conhecimentos.

Neste contexto, o brincar apresenta-se por meio de várias categorias de experiências que são diferenciadas pelo uso do material ou dos recursos predominantemente implicados. Essas categorias incluem: o movimento e as mudanças da percepção resultantes essencialmente da mobilidade física das crianças; a relação com os objetos e suas propriedades físicas, assim como a combinação e associação entre eles; a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para eles; a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para brincar; os conteúdos sociais, como papéis, situações, valores e atitudes que se referem à forma como o universo social se constrói; e, finalmente, os limites definidos pelas regras, constituindo-se em recurso fundamental para brincar. Estas categorias de experiências podem ser agrupadas em três modalidades básicas, quais sejam, brincar de faz-de-conta ou com papéis, considerada como atividade fundamental da qual se originam todas as outras; brincar com materiais de construção e brincar com regras.

Além disso, as brincadeiras de faz-de-conta, os jogos de construção e aqueles que possuem regras, como os jogos de sociedade (também chamados de jogos de tabuleiro), jogos tradicionais, didáticos, corporais, etc., proporcionam a ampliação dos conhecimentos infantis por meio da atividade lúdica.

É o adulto, na figura do professor, portanto, que, na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Consequentemente é ele que organiza sua base estrutural, por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, de delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar.

Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular,

registrando suas capacidades de uso das linguagens assim como de suas capacidades sociais dos recursos afetivos e emocionais que dispõem.

A intervenção intencional baseada na observação das brincadeiras das crianças, oferecendo-lhes material adequado assim como um espaço estruturado para brincar permite o enriquecimento das competências imaginativas, criativas e organizacionais infantis. Cabe ao professor organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada para propiciar às crianças a possibilidade de escolherem os temas, papéis, objetos e companheiros com quem brincar ou os jogos de regras e de construção, e assim elaborarem de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais (BRASIL, 1998).

É preciso que o professor tenha consciência que na brincadeira as crianças recriam e estabilizam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa.

Nessa perspectiva, não se deve confundir situações nas quais se objetiva determinadas aprendizagens relativas a conceitos, procedimentos ou atitudes explícitas com aquelas nas quais os conhecimentos são experimentados de uma maneira espontânea e destituídas de objetivos imediatos pelas crianças.

Enfim, podemos, entretanto, utilizar os jogos, especialmente aqueles que possuem regras, como atividades didáticas. É preciso, porém, que o professor tenha consciência que as crianças não estarão brincando livremente nestas situações, pois há objetivos didáticos em questão.

3.2. O cuidar e educar na Educação Infantil

Entre o brincar e o educar propostos para os alunos de Educação Infantil, não há como deixar de contemplar o cuidado na esfera das instituições. Aqui, a função do cuidar significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação em um contexto de profissionais de diferentes áreas.

As novas funções para a Educação Infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas

interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma.

O ambiente de Educação Infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre, assim, um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação.

Nas instituições de Educação Infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

Diante disso, podemos afirmar de acordo com os RCNEI (BRASIL, 1998), educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

4. CONSTRUINDO COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NA INFÂNCIA

Desafios são constantes na construção do conhecimento das crianças em fase escolar inicial, esses exigem soluções específicas e alternativas de superações. Com tudo, questiona-se permanentemente a qualidade da educação e a sua eficácia atribuindo-se a responsabilidade ao professor, ao Estado, as instituições e a comunidade escolar.

Cabe ao professor, no entanto, desempenhar o papel que lhe cabe, com eficiência, atitude, ética, comprometimento, responsabilidade e dedicação, competências necessárias para atender as demandas e diversidades que se apresentam no cotidiano escolar.

Ponto importante a ser referenciado diz respeito às competências e habilidades necessárias ao professor no trato com os alunos, ou seja, as competências e habilidades a serem desenvolvidas em sala de aula. Conhecer o contexto em que o aluno está inserido pode facilitar o preparo das aulas e a elaboração dos objetivos pretendidos. Valer-se de todos os recursos materiais e ferramentas pedagógicas disponíveis, desafiando o professor a fazer uso das tecnologias, dominando seus recursos e explorando suas possibilidades.

Inovar e criar situações diversas de aprendizagem sempre que necessário, e de acordo com o perfil da turma. Traçar objetivos claros e consistentes para evitar achismos, incoerências, falta de seriedade na abordagem dos conteúdos e falta de motivação e interesse dos próprios alunos pelo conhecimento. Isso fará a diferença ao ensinar, promovendo um aprendizado significativo.

Os múltiplos olhares do professor apresentam-se, portanto, como possibilidade real de mudança, pois sua prática é, e sempre será, fator fundamental e determinante na aprendizagem dos alunos em sua diversidade e complexidade. Uma prática reflexiva faz-se necessária para uma efetiva mudança de paradigma rompendo-se, assim, com o trabalho conservador e rotineiro.

4.1. A criança na Creche

De acordo com o tratamento recebido na Lei sobre a creche, este espaço destina-se a crianças de 0 a 3 anos. Nesta fase, a criança se educa sob a responsabilidade do adulto, pois precisa de sua observação para as menores atividades que sejam por ela realizadas.

Segundo os RCNEIs para a Educação Infantil, o atendimento institucional à criança pequena, no Brasil e no mundo, apresenta ao longo de sua história concepções bastante

divergentes sobre sua finalidade social. Grande parte dessas instituições nasceu com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda.

Na verdade, o uso de creches e de programas pré-escolares como estratégia para combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das crianças foi, durante muitos anos, justificativa para a existência de atendimentos de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais; precariedade de instalações; formação insuficiente de seus profissionais e alta proporção de crianças por adultos.

Constituir-se em um equipamento só para pobres, principalmente no caso das instituições de educação infantil, financiadas ou mantidas pelo poder público, significou em muitas situações atuar de forma compensatória para sanar as supostas faltas e carências das crianças e suas famílias. A tônica do trabalho institucional foi pautada por uma visão que estigmatizava a população de baixa renda. Nessa perspectiva, o atendimento era entendido como um favor oferecido para outros, selecionados por critérios excludentes. A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade.

Neste sentido, quando se pensa em modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas (RCNEI, 1998).

Embora haja um consenso sobre a necessidade de que a educação para as crianças de 0 a 3 anos deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser completo e indivisível, as divergências estão exatamente no que se entende sobre o que seja trabalhar com cada um desses aspectos.

Ainda de acordo com os RCNEIs (1998), há práticas que privilegiam os cuidados físicos, partindo de concepções que compreendem a criança pequena como carente, frágil, dependente e passiva, e que levam à construção de procedimentos e rotinas rígidas, dependentes todo o tempo da ação direta do adulto. Isso resulta em períodos longos de espera entre um cuidado e outro, sem que a singularidade e individualidade de cada criança seja respeitada.

Comumente, essas práticas tolhem a possibilidade de independência e as oportunidades das crianças de aprenderem sobre o cuidado de si, do outro e do ambiente. Em concepções mais abrangentes os cuidados são compreendidos como aqueles referentes à

proteção, saúde e alimentação, incluindo as necessidades de afeto, interação, estimulação, segurança e brincadeiras que possibilitem a exploração e a descoberta.

Por outro lado, outras práticas têm privilégio as necessidades emocionais apresentando os mais diversos enfoques ao longo da história do atendimento infantil. A preocupação com o desenvolvimento emocional da criança pequena resultou em propostas nas quais, principalmente nas creches, os profissionais deveriam atuar como substitutos maternos. Outra tendência foi usar o espaço de educação infantil para o desenvolvimento de uma pedagogia relacional, baseada exclusivamente no estabelecimento de relações pessoais intensas entre adultos e crianças.

Hoje, as creches públicas são de inteira responsabilidade dos municípios, já inteiramente acobertadas pelo FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), o qual prioriza a Educação Infantil – é certo que com boa dose de atraso – em toda a sua extensão.

Quando um bebê chega à creche traz consigo uma experiência, um modo de viver e de manifestar-se, de conhecer e de interagir com o mundo. Geralmente, essa modalidade de vida é muito primitiva e subjetiva, e uma das tarefas da escola infantil é a de auxiliar as crianças muito pequenas a aperfeiçoarem tais estratégias e a adquirirem novas.

A primeira infância – do zero aos três anos – é uma etapa dominada pelos instintos e reflexos, que possibilitam as primeiras adaptações, a descoberta do ambiente geral e caracteriza-se pelo início da atividade simbólica. É o momento em que os seres humanos são quase inteiramente dependentes dos adultos. Com essas características grupais, está claro que as crianças bem pequenas precisam de um modo muito específico de organização do trabalho pedagógico e os projetos podem ser um eficiente instrumento de trabalho para os educadores.

Os projetos com bebê têm seus temas derivados basicamente da observação, da leitura que a educadora realiza do grupo e de cada criança. Ela deve prestar atenção ao modo como as crianças agem e procurar dar significado às suas manifestações. E a partir dessa observação que ela vai encontrar os temas, os problemas, as questões referentes aos projetos. Nessa faixa etária, como já afirmamos anteriormente, uma das tarefas fundamentais do(a) educador(a) é a de organizar o espaço – interno (da sala de aula) e externo (pátio). Esse espaço deve incentivar e estruturar as experiências corporais, afetivas, sociais e de linguagem da criança. É necessária uma familiarização com o ambiente, que deve estar bem estruturado, mas flexível e passível de mudanças (RCNEI, 1998).

Os materiais também devem modificar-se ao longo do ano, acompanhando a trajetória do grupo – suas novas aquisições, necessidades, interesses. O ambiente, isto é, a sala

das crianças, deve ser visto como parte integrante da ação pedagógica, interferindo como um educador auxiliar que não é neutro, mas provocador de aprendizagem. O uso do vídeo e de fotos das ações das crianças pode auxiliar na coleta de informações sobre o grupo, pois nessa faixa etária o projeto escrito é muito mais uma necessidade do educador do que das crianças.

Após refletir sobre a proposta de projeto com seus pares e iniciar as atividades, é importante que o(a) educador(a) saiba que este será modificado de acordo com as situações, com as crianças e com o retorno das famílias. A construção de projetos para crianças dessa faixa etária abriga períodos de duração diversa, podendo-se realizar projetos de um dia ou de um ano.

4.2. A criança na pré-escola

Aqui, a criança não é tratada de forma tão diferenciada quando na Creche. Ela continua tendo seu processo de ensino e aprendizagem bastante polemizado. A polêmica maior gera em torno da concepção que entende que a educação deve principalmente promover a construção das estruturas cognitivas, e aquela que enfatiza a construção de conhecimentos como meta da educação, pouco contribui porque o desenvolvimento das capacidades cognitivas do pensamento humano mantém uma relação estreita com o processo das aprendizagens específicas que as experiências educacionais podem proporcionar.

Essas experiências são bem variadas na Educação Infantil, principalmente na pré-escola.

Quando se trata de crianças das classes populares, muitas vezes a prática tem se voltado para as atividades que têm por objetivo educar para a submissão, o disciplinamento, o silêncio, a obediência. De outro lado, mas de forma igualmente perversa, também ocorrem experiências voltadas para o que chamo de “escolarização precoce”, igualmente disciplinadoras, no seu pior sentido. Refiro-me a experiências que trazem para a pré-escola, especialmente (BUJES, 2001, p. 16 – 17).

Polemicas sobre cuidar e educar, sobre o papel do afeto na relação pedagógica e sobre educar para o desenvolvimento ou para o conhecimento têm constituído, portanto, o panorama de fundo sobre o qual se constroem as propostas em Educação Infantil.

A elaboração de propostas educacionais veicula, necessariamente, concepções sobre criança, educar, cuidar e aprendizagem, cujos fundamentos devem ser considerados de maneira explícita.

Na segunda infância – dos três aos seis anos – as crianças têm aumentado as suas motivações, ou seus sentimentos e os desejos de conhecer o mundo e de aprender. O fato de a criança ter desenvolvido sua oralidade, de ter domínio do seu próprio corpo faz seu rol de experiências aumentar cotidianamente e possibilita uma participação ativa da criança, não somente com relação ao surgimento das temáticas, como também na construção do projeto. A curiosidade que caracteriza toda criança dessa idade é, sem dúvida, propulsora do desejo que as mobiliza para estudar assuntos que ainda não conhecem. É, então, papel do educador *povoar sala de aula*, desafiar a criança, ajudando-a a ampliar os temas, criando um ambiente que estimula os novos conhecimentos. E é nesse ponto que, com as crianças maiores, podemos estabelecer parcerias, que acionam o compartilhar das informações e das estratégias possíveis de serem desenvolvidas no desenrolar do projeto (RCNEI, 1998).

No trabalho com essa faixa etária, o professor deve criar oportunidade para as crianças relatarem experiências significativas. Partindo, disso, o educador poderá ler a realidade do grupo e propor temas desafiadores. Assim, o ponto de partida é sempre o diálogo, na busca de detectar o que elas já sabem sobre o tema a ser estudado.

Durante o desenvolvimento do projeto, as crianças e os educadores estão sempre planejando cooperativa e solidariamente, decidindo caminhos e propondo atividades que “deem conta e alimentem” a temática em torno da qual se concentra o trabalho. Por fim, seria importante ainda ponderar que um projeto prevê *diversas portas de entrada*, as quais possibilitam, como já citamos anteriormente, navegar em diferentes áreas do conhecimento. Não sabemos de antemão que portas irão abrir-se, isso se fará através dos encaminhamentos do (a) professor (a) e dos subsídios e estratégias que discutirmos com as crianças.

Toda proposta de trabalho com projetos possibilita momentos de autonomia e de dependência do grupo: de cooperação com grupo sob uma autoridade mais experiente e de liberdade: momentos de individualidade e de sociabilidade: de interesse e de esforço: de jogo e de trabalho como fatores que expressam a complexidade do fato educativo.

4.3. A construção de competências e habilidades na infância em espaços educativos

Nos pontos anteriores, focamos, de modo especial, particularidades das crianças de Educação Infantil, seja na creche ou pré-escola, onde buscamos também destacar suas

possibilidades de construção de competências e habilidades a partir da utilização de projetos, metodologia interdisciplinar relevante para o processo ensino-aprendizagem dessas crianças.

Agora, trataremos de abordar esse processo com base numa visita que realizamos à Creche Santo Antônio, localizada no bairro Santo Antônio, em Cuitégí/PB.

A visita de observação que fizemos à creche foi realizada no mês de abril, durante duas semanas, em horários alternados.

O cenário educacional atual não visa mais o professor como detentor do saber e os alunos como uma “folha em branco”. O panorama do século XXI aponta um mundo marcado por problemas sociais, ambientais, econômicos e políticos complexos e dinâmicos, que exige competências e habilidades diversas que vão muito além do modelo tradicional de ensino.

Assim, faz-se necessário a escola repensar seu papel e construir novos significados à sua atuação, revisitar as concepções de educação e compreendê-la sob uma perspectiva mais ampla, considerando sua aproximação com outros campos, instituições e atores.

Precisamos olhar para essas condições atuais da escola e buscar caminhos efetivos e integração entre educação, viáveis de transformar a escola num real ambiente educativo, saudável, inclusivo e inspirador para todos. Isto passa por repensar muitas dimensões e não apenas a extensão do tempo que a criança ficará dentro da escola. É preciso olhar o currículo, a arquitetura, a formação e de trabalho dos professores, a valorização da criança como sujeito, a inclusão, bem como a arte, cultura, esporte, saúde.

A Creche Santo Antônio tem sua prática e o modo de trabalho acordado entre os membros da equipe de funcionários, partindo do pressuposto na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de que a educação no Brasil é um direito de todos e uma responsabilidade da família, do Estado e da sociedade no geral. Assim, a educação que se faz dentro da escola deve olhar para além do seu muro, ou seja, para o desenvolvimento integral da criança, considerando aspectos simbólicos e materiais, que juntos compõe o ambiente educativo e a subjetividade de cada ser humano.

A equipe de funcionários da instituição já pensa a educação nessa perspectiva. O sujeito se faz como tal na sua relação com o outro, portanto, o diálogo com a diversidade está, inevitavelmente, implícito à prática educativa. A educação integral traz luz para isso e faz os professores enxergar os diferentes contextos em que os alunos estão inseridos como potências para a aprendizagem.

Com o desafio de transformar e fornecer uma Educação Infantil de qualidade, a Creche Santo Antônio repensou seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), colocando em seus

objetivos a reformulação do currículo e do sistema de avaliação, além de tornar visível temas como a construção de competências e habilidades no ambiente escolar.

Um fator importante que contribui para a Creche como referencial, é o professor possuir apenas uma local de trabalho. Ao dar aulas em diferentes instituições o professor não se sente pertencente a nenhuma, e isso é outro desafio para a qualidade da educação, pois impacta na possibilidade real de se construir projetos pedagógicos coletivos. A qualidade também está ligada a possibilidade de se ter uma equipe forte, que elabore um trabalho consistente, coeso e contínuo, capaz de estabelecer vínculos com as crianças, suas famílias e com a comunidade.

Precisamos, ainda, fortalecer a escola como uma comunidade de aprendizagem, construída por sujeitos, pois ela é, antes de tudo, espaço de relação humana. Sem afeto, vínculo e socialização, a educação se desumaniza.

5. METODOLOGIA

Tendo em vista a grande contribuição que a Educação Infantil trás para a formação social e intelectual das crianças de 0 a 5 anos, esta pesquisa busca jogar luz nas fragilidades desta modalidade de ensino nas Creches e Pré-escolas do município de Cuitegi, interior paraibano.

Após compreender o conceito de Educação Infantil, discutimos a importância do brincar, cuidar e educar nesta modalidade da educação básica; destacamos as principais competências e habilidades que as crianças de 0 a 5 anos devem adquirir em creches e pré-escolas, bem como refletimos sobre o trabalho do professor no espaço escolar; fomos a uma das creches do município, onde também funciona pré-escola, com a necessidade de entender a importância dada a primeira etapa da educação básica nas instituições públicas da pequena cidade.

Na pesquisa teórico-metodológica realizada, abordamos de maneira indutiva, através de registros e descrições, os fatos observados na Creche Santo Antônio, considerando suas individualidades no contexto estabelecido.

Sendo assim, segundo Lakatos e Marconi (2007) o método indutivo pode ser considerado ou indução, em seu caráter metodológico e de aplicação em pesquisa:

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam (p. 86).

Já para Gil (2008) “o método indutivo procede inversamente ao dedutivo: parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares” (2008, p. 10).

5.1. Caracterização do município

Localizado a 103 quilômetros da capital do estado e 7 quilômetros de Guarabira, cidade polo da região, encontramos o pequeno município de Cuitegi. O mesmo se fez povoado até o ano de 1938, quando por meio do Decreto-Lei nº 1.010 recebeu o nome de Cuité. Esse mesmo nome foi mudado para Cuitegi graças ao novo Decreto-Lei de nº 1.164 do

mesmo ano, para evitar que fosse confundido com o município do agreste acaatingado, também chamado Cuité, próximo a Barra de Santa Rosa.

A origem do seu nome é explicada como sendo tupi-guarani. Os populares mais antigos do lugar atribuem o seu nome a frondosa árvore de Cuité que existia no Centro da Cidade, atual Rua 07 de Setembro, sob a qual os tropeiros e comerciantes repousavam do cansaço devido às grandes caminhadas empreendidas.

A 26 de dezembro de 1961, Cuitegi tornou-se município, emancipando-se de Guarabira, graças à Lei nº 2.685, no Governo de Pedro Moreno Gondim, que promovia no Estado uma série de emancipações desse tipo.

Atualmente o município de 39 km², banhado pelo Rio Araçagi, tem uma população de aproximadamente 7.000 habitantes. As serras mais importantes em sua volta são: Palmeira, Mangueira, Espinho e Jacu. Limita-se com Pilõezinhos ao Norte, Alagoinha ao Sul, Guarabira a Leste, e Pilões a Oeste. Com um solo rico para o cultivo, maior parte da sua economia está centrada na agricultura, e tem um percentual menor no serviço público.

5.2. Caracterização da escola

Na década de oitenta as *Irmãs Doroteias*, na pessoa de irmã Lezita Mattos, surgiu o interesse de construir Creches na cidade de Cuitegi, as quais beneficiassem a população local que se apresentava muito carente.

Nessa mesma época, passou a ser assistida pela Igreja Alemã Adveniat Misericordiae onde o seu representante legal era o padre Cristiano, foi fundada uma creche no Bairro Santo Antônio no ano de 1985, situada à Rua Santa Paula Fransinetti.

No dia cinco de março de mil novecentos e oitenta e seis (05/03/1986) a instituição começou funcionando no período integral, ou seja, manhã e tarde, a mesma recebeu o nome de Creche Santo Antonio em homenagem ao padroeiro do bairro onde ela foi construída. Anos depois passando a funcionar um horário, pela manhã.

Atualmente, a Creche Santo Antônio atende cento e treze crianças na faixa etária de 1 ano e 8 meses a 5 anos de idade, e trabalha com o ensino infantil, do maternal ao pré-escolar, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) que rege a educação. Devido à demanda de mães que trabalham o dia todo, novamente a Creche passou a atender

de forma integral um número específico de crianças, formando uma turma unificada (crianças do maternal ao pré escolar).

Com base na LDB-Lei de Diretrizes e Bases, a Educação Infantil (Creche e Pré Escola) é de responsabilidade dos Estados e Municípios. Na Rede municipal de Cuitegi a Educação Infantil (Creche e Pré Escola) é oferecida em prédio cedido pela Igreja Católica desde 1986, por esse motivo o município não disponibiliza até o momento de um espaço físico apropriado para o funcionamento da Creche.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) a Educação Infantil é:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (p. 14)

No município de Cuitegi a Educação Infantil é ofertada a partir de 1 ano e 8 meses de idade por não dispor de infraestrutura adequada para o atendimento de criança de 0 a 1 ano de idade.

A creche funciona em horário integral das 07:30 às 17: 00 horas, com um total de 113 crianças, desse total apenas 15 alunos são atendidos em tempo integral o que corresponde à 17% do total geral das crianças. O atendimento em tempo integral é destinado às crianças em situação vulnerável e que os pais precisam trabalhar o dia inteiro. A pouca infraestrutura da creche nos permitem atender apenas essa quantidade de alunos. No entanto, eles dispõem de banho, hora de descanso, comida, atividades físicas e pedagógicas.

As turmas se dividem em:

MANHÃ

JARDIM I: 28 alunos na faixa etária de 1 ano e 8 meses a 2 anos;

JARDIM II: 15 alunos na faixa etária de 3 anos;

PRÉ I: 16 alunos na faixa etária de 4 anos;

TARDE

JARDIM II: 11 alunos na faixa etária de 3 anos;

PRÉ I: 17 alunos na faixa etária de 4 anos;

PRÉ II: 28 alunos na faixa etária de 5 anos;

TURMA MISTA: 15 alunos na faixa etária de 2 a 4 anos.

Estrutura Física

A Creche Santo Antônio funciona num prédio pertencente à igreja Católica, que pelo fato de o município não dispor de um ambiente adequado no bairro, alugou o mesmo à igreja para possibilitar o acesso das crianças à educação infantil.

A Instituição Escolar acima mencionada, que está situada na Rua Santa Paula Fransinetti, Bairro Santo Antônio na cidade de Cuitegi-Paraíba, a mesma dispõe de cinco (5) banheiros, uma (1) diretoria, uma (1) sala de professor, que no momento está sendo utilizada como uma brinquedoteca, uma (1) sala ampla para reuniões, que está sendo utilizada como sala de aula, uma (1) cantina, um (1) depósito, um (1) pátio para momentos de recreação com parque e quatro (4) salas de aula. Necessitando de melhorias para um bom atendimento à comunidade escolar, entre elas estão: acessibilidade, salas mais arejadas, construção de um refeitório, um pátio adequado com cobertura para a recreação da criança e eventos promovidos pela instituição.

5.3. Análise dos dados

A pesquisa de campo foi realizada na Creche Santo Antônio, com a professora Francisca de Cássia, numa turma de Pré-II, contava com um número alunos no total de 28, a mesma ocorreu no período de duas semanas, em abril de 2018.

Observou-se que o método adotado pela professora estava bem apropriado para a faixa etária dos alunos, ressaltando que sempre em todas as salas claro tem alunos com dificuldades na aprendizagem e sem o devido acompanhamento da família, que como já falado anteriormente é de fundamental importância para o educando. Repito, o programa curricular selecionado e a metodologia utilizada pela professora consegue bons resultados.

Na sala de aula são utilizados os vários procedimentos metodológicos entre eles destaque: histórias infantis, letras de músicas, trabalho em grupo e conversas informais. Os recursos didáticos, como CD, DVD, livros diversos, caderno lápis de cor, etc. são utilizados com frequência.

Percebemos que há uma boa formação e uma ampla experiência dos profissionais que lá atuam, facilitando assim a intermediação e a construção do conhecimento dos educandos.

A professora, quando interrogada sobre o método de ensino adotado, a mesma responde que busca no tradicional e no construtivismo, fazendo um elo dos que há de melhor nos dois métodos, assim, ela alcança um resultado positivo no que diz respeito a formação das crianças.

Com relação aos alunos, pude observar que eles têm sonhos e desejos, e que na maioria das vezes, são frustrados porque a escola sozinha não conseguiu desenvolver integralmente aquelas crianças e torna-los cidadãos aptos para viver na sociedade.

Outros fatores que levam ao insucesso da construção do conhecimento dos alunos são: os fatores econômicos e social, onde o investimento por parte do poder público é mínimo, juntamente com a falta de participação dos pais na vida escolar dos filhos. A necessidade de trabalhar para ajudar os pais adquirirem o essencial para a sobrevivência da família também gera esse insucesso, já que muitos trabalham na roça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de destacarmos o aspecto conclusivos do nosso trabalho, enquanto conhecimento científico, para nós, graduandos, faz-se necessário focar a relevância daqui apreendida.

Ao entendermos a importância do nosso curso, entendermos, logo, que a educação de nossos tempos deve centrar sua atenção na tarefa de auxiliar crianças, adolescentes e adultos a se organizarem e se realizarem, além de cognitivamente e profissionalmente, também emocional e espiritualmente. Realmente, afirmo o que disse antes, temos que *Educar para a Vida*.

O homem, na realidade, socializa-se com outras pessoas e aprende desde tenra idade. De maneira geral, a criança pequena traz consigo o impulso da descoberta, da curiosidade e do querer apreender as coisas. Por isso, enfrentar dificuldades, buscar soluções para problemas de ordem emocional logo nos primeiros anos de vida de uma pessoa é mais prático e preventivo contra neuroses futuras que, inevitavelmente, causarão consequências devastadoras por toda a vida desta pessoa.

A educação não se limita, portanto, a um recurso social apenas por não ser dirigida a pessoas iguais que vivam em épocas semelhantes, não há como impor limites em algo que ultrapassa o tempo e as necessidades do homem conforme o período histórico que ele esteja vivendo. Por isso, a Pedagogia Moderna afirma que o recurso ideal que deve ser empregado na educação de uma criança é aquele que não limita ou tolhe seus movimentos, pelo contrário, deve ser aquele que a respeita em todas as suas potencialidades.

As características da faixa etária das crianças atendidas na Educação Infantil, bem como as necessidades atuais de construção de uma sociedade mais democrática e pluralista apontam para a importância de uma atenção especial com a relação às instituições e as famílias.

Na verdade, constata-se em muitas instituições que estas relações têm sido conflituosas, baseadas numa concepção equivocada de que as famílias dificultam o processo de socialização e de aprendizagem das crianças. No caso das famílias de baixa renda, por serem consideradas como portadoras de carências de toda ordem. No caso das famílias de maior poder aquisitivo, a crítica incide na relação afetiva estabelecida com as crianças.

Esta concepção traduz um preconceito que gera ações discriminatórias, impedindo o diálogo. Muitas instituições que agem em função deste tipo de preconceito têm procurado implantar programas que visam a instruir as famílias, especialmente as mães, sobre como educar e criar seus filhos dentro de um padrão preestabelecido e considerado adequado. Essa

ação, em geral moralizadora, tem por base o modelo de família idealizada e tem sido responsável muito mais por um afastamento das duas instituições do que por um trabalho conjunto em prol da educação das crianças.

Em outras palavras, é perceptível que ao cuidar, educar e levar a criança a brincar, escola e família precisam estar bastante coesas a fim de proporcionar o melhor para ela, uma vez que, nesta fase, aprender é a palavra de ordem.

Diante disso, não há como não destacar nossa alegria ao concluir nosso trabalho sabendo que uma criança não se encontra na Educação Infantil apenas para brincar ou ser cuidada por um adulto, mas para aprender. Pois, o ser humano aprende sempre e em todo lugar onde aí tenha aprendizagem.

A instituição visitamos tratou-se apenas de um pequeno exemplo de uma educação bem mais ampla destinada à infância brasileira. Certamente, temos crianças que se desenvolvem muito menos de que as mesmas. Isto é natural num país de grandes diferenças como o nosso, um país multicultural.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL, RCNEI. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL, LDB. **Lei de Diretrizes e Bases**. Brasília: MEC, 1996.
- CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação Infantil: pra que te quero?**. Porto Alegre: Arned, 2001.
- CURY, Augusto. **Pais brilhantes, Professores fascinantes**. 4 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil: observação, adequação e inclusão**. São Paulo: Moderna, 2012.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos: atendimento em creche**. 2ª ed. - Porto Alegre: Grupo A, 2006.
- HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. Perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo. São Paulo: Loyola, 1991.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2003.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (org.). **O Trabalho do professor na Educação Infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.
- ORTIZ, Cisele; CARVALHO, Maria Teresa Venceslau de. **Interações: ser professor de bebês – cuidar, educar e brincar: uma única ação**. São Paulo: Blucher, 2012.
- PIAGET, Jean. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

PRODANOV, Cleer Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2º ed. Universidade FEEVALE, Nova Hamburgo – Rio Grande do Sul, 2013.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.